



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

CONVOCAÇÃO Nº 04

RELATÓRIO DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Data: 15/05/2023

Horário: 14:00 horas

Por videoconferência

PAUTA

1 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO:

1.1 – Incentivo a Atividade Física – lançamentos e pagamentos. (Rosane Santos/Promoção da saúde/ Gerência de Vigilância Epidemiológica, Doenças e Agravos Não Transmissíveis/GVEDNT/SUVISA).

ESTAVA COM PROBLEMAS NA APRESENTAÇÃO FALOU DEPOIS DA 1.2

Dra. Rosane Santos – GVEDNT/SUVISA/SES, falou sobre a Nota Técnica nº 89/2022, disse que a transferência de recurso financeiro federal de custeio a ser repassado aos estabelecimentos de saúde nos municípios, homologados pela Portaria GM/MS Nº 3.872, de 26/10/2022 e credenciados pela Portaria GM/MS Nº 2.103, de 30 junho de 2022, destinado à Implementação de ações de Atividade Física – IAF na Atenção Primária, instituído pela Portaria GM/MS nº 1.105 de 15/05/2022, o município contemplado precisa colocar pelo menos uma ação para receber o custeio, após seis meses têm metas a cumprir, são 195 municípios contemplados em Goiás com 254 estabelecimentos e apenas 78 receberam em fevereiro(31%) a competência de dezembro, em março não houve pagamento, janeiro ainda não repassaram, os motivos do não recebimento são não registro das ações na ficha de atividade coletiva, UBS tem que ter no mínimo 30 ações coletivas lançadas e posto de saúde, o CNES do profissional ser o mesmo da unidade contemplada, para localizar divergências do que foi lançado com o pagamento, buscar as falhas se erro foi digitação, validação ou transmissão dos dados para Ministério da Saúde, são três modalidades; - sem profissional de educação física, - 20 ou 40 h de profissional de educação física. Continuou a apresentação da situação dos municípios, apenas um polo os da cor apresentada são os polos que lançaram as ações e receberam o incentivo total do Ministério da Saúde e esses que estão em branco são os municípios que não aderiram ao custeio ao incentivo de atividade física. Apresentou a tabela para terem uma noção. Os que estão de branco é que não tem então os mais preocupantes são os de amarelo que receberam foram contemplados e mas não estão recebendo então temos todos esses municípios aqui que estão recebendo os de azul-claro por exemplo, Água Fria tem 5 CNES autorizados a receber e só lançou em um, só foi pago para um só cumpriu essa meta em um, Trindade também tem seis que são homologados e só lançaram em dois. Apresentou todos todos os municípios que estão homologados com um ou dois três povos três polos aqui Santo Antônio e não lançou em nenhum. Se colocou a disposição dos Municípios que quiserem saber melhor isso daí para tentar ir melhorar não é muito dinheiro mas eu acho que de qualquer forma é um dinheiro.



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Inhumas e Presidente do COSEMS, falou da importância em alertar os colegas a acompanhar a produção do SISABE, porque entra no e-SUS e está lá na produção, fica tranquilo, mas o Ministério está com problema na importação do e-SUS para o SISAB quando vai ver o que tá validado não está, então pede para se atentarem para não ficar acompanhando apenas e-SUS, isso é uma discussão que vai além da governabilidade do secretário, mas é bom apontar que não sabe qual a lógica do que foi pensado nesse incentivo, mas uma UBS com profissional de 20 horas tem que lançar a mesma quantidade de atividades coletivas de uma UBS com profissional com 40 horas, 30 atividades para uma UBS é muita atividade coletiva, então mais ou menos dependendo de dias úteis e para uma única UBS, então é algo que está além da governabilidade, mas que precisa ter a crítica e outra coisa que precisa se atentar o gestor é que às vezes ele tem academia da Saúde, se esse profissional está vinculado a academia ou a essa UBS então ele precisa separar inclusive as metas e a produção para não perder nem a habilitação da academia da saúde, nem um incentivo financeiro da atividade física disse que acha que essas são as principais considerações que precisam ser feitas aqui para a não perder recurso.

Dra. Cristina Laval – Assessora Técnica/SUVISA/SES, disse que uma coisa que precisa ver, que é importante, é que os municípios terem essa informação como a Rosane, colocou a equipe está à disposição desses municípios, para auxiliar e nesse sentido que poderia ir com informe para a reunião da CIB, que tem municípios que estão com problema aonde que eles podem acessar essa planilha para eles se enxergarem e dizer que técnica está à disposição.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Inhumas e Presidente do COSEMS, respondeu sobre um comentário no chat da Sílvia, que está sempre solicitando atenção dos Municípios, mas acha que a atuação vai além de solicitar a atenção vai no apoio técnico de onde ele é, sendo o CNES que ele está com problema se é na alimentação se é na divisão e carga horária de profissional acho que precisa ir além da solicitação de atenção para apoio técnico qualificado mesmo.

Encaminhamento: vai para a reunião da CIB como informe

1.2 – Maio Amarelo – mês de prevenção dos acidentes de trânsito - Apresentação do perfil epidemiológico da mortalidade por violência no trânsito em Goiás. (Maria de Fátima Rodrigues – Coordenadora de Vigilância de Violências e Acidentes/VIVA/GVEDNTPS/SUVISA).

Dra. Maria de Fátima Rodrigues – VIVA/GVEDNTPS/SUVISA, disse que a taxa de mortalidade no período de 2010 a 2021, vem diminuindo em Goiás, mas ainda está alta, de 22,4% acima da taxa Nacional que é 17%, a faixa etária com maior frequência de óbitos por Acidente de transporte terrestre é de 20 a 51 anos de idade e 41% são adultos jovens de 20 a 39 anos, 80% é sexo masculino e 60% vítimas da cor parda, 33% cor branca, considerando que a cor parda está incluída a preta, a maior frequência das mortes por acidente de transporte terrestre em Goiás são os motociclistas responsáveis por 30% desses óbitos, seguido por condutor de automóvel 25% em 14% pedestre e 3% ciclista, não deixando as demais categorias, o foco está na população mais vulnerável os motociclistas, 50% dos óbitos por acidente de transporte terrestre ocorreram no local do acidente e 43% de necessitaram de hospitalização. Dados do segundo quadrimestre em 2022 em Goiânia, existe a subcomissão de análise de dados e gestão de informação do Programa Vida no Trânsito - PVT composta por membros da Secretaria Municipal de Saúde -SMS, Secretaria Municipal de mobilidade - SMM, SES, Delegacia de Trânsito – DICT e Polícia Rodoviária Federal – PRF, a metodologia das análises são as declarações de óbitos das diversas fontes, 89% dos óbitos é da população masculina residente de Goiânia, 11% residente da região metropolitana, dos óbitos



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

entre crianças e adolescentes dois foram como passageiro, um como condutor de moto com CNH e um como pedestre, a população idosa a maioria dos óbitos ocorridos foram do sexo masculino na situação de pedestre e não ocorreu no local de residência, 79% ocorreram em até 24 horas após o acidente, em Goiânia os principais óbitos foram de motociclistas e não estava envolvido com outro veículo então a motociclista batendo em árvore, poste, objeto fixo, não foi motociclista com o carro, em 2º lugar motociclista com automóvel, e 3º lugar pedestre, as vias que apresentaram maior número de óbitos foi no Jardim América na C-155 com T 9 seguido com a BR 153 e GO - 462, os dados finais de 2022 foi na Avenida Castelo Branco que mais ocorreu óbito de acidente de trânsito seguido BR-153, o principal causa de óbitos no trânsito é a velocidade, álcool, condutor sem CNH e avanço de sinal, alguns são mulheres domésticas com pequenas motos, sem habilitação e experiência resultando em morte prematura, o PVT traz informação qualificada para subsidiar gestores para o fortalecimento de políticas de prevenção e redução de mortes e lesões graves no trânsito, a promoção da Saúde e de mobilidades seguras, saudável e sustentável, tem quatro diretrizes: - articulação intersetorial(PRF, Concessionária, SAMU, Bombeiro), - qualificação da informação, - Identificação dos fatores de risco, e Ações Integradas e baseadas em evidências, com objetivo de expandir PVT no Estado a SUVISA, programa Co financiamento, apresentou o Projeto 5, que é a expansão do PVT, selecionou 11 municípios pelos critérios; maiores taxa de mortalidade por acidente de transporte terrestre, trânsito municipalizado, comissão intersetorial instituída via decreto Municipal e relatório de análise dos fatores de risco enviados semestralmente pelos municípios, todos assinaram o termo de adesão, somente oito municípios tem Portaria de criação do PVT, pede apoio da Regional e gestores de Águas Lindas, Itumbiara e Rio Verde para publicar a Portaria de lançamento, ficando aptos para receber o recurso; maio amarelo é o mês de prevenção de mortes e lesões graves no trânsito, são realizadas diversas ações em parcerias com PRF, dia 29 de maio é o seminário Vida no Trânsito: intersetorialidade para a mobilidade e segurança viária, das 8: as 18:00, chama atenção dos gestores dos Municípios que contemplam a expansão do PVT- que são Aparecida de Goiânia, Caldas Novas, Novo Gama, Luziânia, Trindade, Formosa, Senador Canedo, Catalão, Águas Lindas, Itumbiara e Rio Verde para fazer a inscrição dos profissionais, fazer discussão para melhorar a implantação das políticas públicas e reduzir as mortes por acidente de trânsito no Estado de Goiás, tem também o maio laranja com a campanha Faça Bonito de prevenção a violência sexual de crianças e adolescente, solicita divulgação e participação dos municípios nas duas campanhas.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, disse que COSEMS vai contactar com os gestores dos três municípios que não aderiram ao PVT a superar as dificuldades, a experiência no município de Goiânia traz resultados positivos após a implantação do programa, a experiência é exitosa.

Dra. Cristina Laval – Assessora Técnica/SUVISA/SES, disse apresentação foi importante, as ações desenvolvidas, as reuniões os resultados positivos, com o apoio Co financiamento todos os municípios tenham ciência da necessidade de implantar o PVT.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS/ Inhumas /Presidente do COSEMS, disse que foi excelente apresentação do PVT no município de Goiânia, leva a reflexão e a parceria faz toda diferença para alcançar resultado, mudar a realidade e reduzir o número de acidentes no trânsito.

Dra. Maria de Fátima Rodrigues – VIVA/GVEDNTPS/SUVISA/SES, disse que a apresentação foi só as análises para conhecimento do PVT, nas reuniões com os municípios são apresentados o impacto e o resultado dos acidentes no trânsito, o PVT contribuiu para reduzir as mortes em Goiânia.



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Lilian - Regional Entorno Sul, disse que é o município de Águas Lindas mudou toda a equipe de Saúde, o secretário atual não é o na época da adesão, a Regional vai contatar para as devidas orientações.

Encaminhamento: vai para a reunião da CIB para Apresentação.

2 – DISCUSSÕES E PACTUAÇÕES:

2.1 – Inserção das vacinas contra COVID-19 na distribuição de rotina. (Karla Cristina – Rede Frio/Gerência de Imunização-GI/SUVISA).

Karla Cristina – GI/SUVISA/SES, apresentou sobre a Inserção das Vacinas contra Covi-19 na distribuição de rotina. Como a campanha contra Covid já vem uma campanha extensa já vem caminhando para 2 anos de campanha e agora viu que a população a ser vacinada diminuiu bastante com isso deu uma boa normalizada nas nossas distribuições antes era acontecia semanalmente passou para quinzenal e agora está mensal e agora viu a necessidade de incorporar essa vacina na nossa rotina, ela já está sendo distribuídas acompanhado de as vacinas de rotina uma vez ao mês conforme o calendário divulgado para vocês e conversando justamente com a Dra. Joyce, então vê a necessidade de passar essa vacina para rotina, vocês todos já sabem que a rotina ela é distribuída de forma automática conforme a população menor de um ano, algumas vacinas que são multidoses elas são distribuídas conforme o consumo médio mensal e viu a necessidade de também padronizar as vacinas contra Covid, dessa forma foi avaliando a população para poder ver o quantitativo de pessoas que os municípios poderiam vacinar durante um mês e colocou esses imunobiológicos eles principalmente os monovalentes eles saíram bastante porque agora as vacinas utilizadas como respostas é a vacina bivalente e pensando nesse panorama na otimização dessas doses. Otimização da distribuição das vacinas para regionais e conseqüentemente aos municípios foi analisando melhor qual a melhor estratégia de distribuição das vacinas contra Covid e as vacinas de rotina contri- buída de forma mensal tentou basear nesse consumo médio mensal e também da população que ainda falta ser vacinada, percebeu que não conseguiu ainda chegar numa cobertura de 100%, então ainda acredita que tem pessoas sim a iniciarem o esquema primário a utilizar a vacina monodose e a estratégia ser utilizada será pela população de acordo com cada faixa etária e os meses seguinte estará pelo consumo mensal. Foi desenhado uma estratégia e depois vai analisando o quanto que cada município e regional consumiu por mês vai fazendo a reposição daquele consumo mensal, então colocou a Pfizer por ter uma validade de descongelamento de apenas 31 dias foi usado base de cálculo de 0,5% da população de 12 anos e mais, a Pfizer Bivalente tem a alidade de desconge- lamento de 10 semanas e será utilizada como dose de reforço e estão avaliando enviar 5% da popu- lação de 18 anos e mais, a vacina faz efeito também como qualidade descongelamento de 10 se- manas e também tá iniciando a campanha com essa faixa etária de seis meses a 4 anos definindo 5% da população a Pfizer Pediatra também com a validade de 10 semanas após congelamento e ainda também não foi feita um número específico dessa população também será de 5% mensal da população de 11 anos, a vacina do Butantã é utilizada na população de três anos e mais ela será de 1% porque uma vacina que foi utilizada para fazer insumos primário a Fiocruz, também só com a população de 18 anos, mais e a Janssen também utilizava mais de 18 anos e mais essas três estima- tivas elas são utilizadas agora no momento somente como esquema primário então a gente acredita da população por mais que as vezes as pessoas não procurou a qualquer momento ela pode procu- rar as salas de vacinas para poder iniciar um esquema e está fazendo 1% da população mensal. Foi feito um levantamento de qual que é a população hoje do estado de acordo com cada Regional a população de 12 anos e mais que vai receber os imunobiológico, Pfizer adulto, Pfizer Bivalente, Fiocruz e Janssen, precisa a população para fazer a porcentagem de quantas doses de cada vacina



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

cada Regional vai ter direito por mês, na outra planilha apresentada se trata das vacinas pediátricas Pfizer baby 5%, Pfizer pediátrico 5%, Butantan 1% é Butantã também na faixa etária de 3 anos e mais vai ser apenas de 1%, as regionais deverão fazer a avaliação de estoque dos municípios entre os dias 15 e 20 de cada mês e alimentar a planilha de estoque disponível no DRIVE está será utilizada para a validação de estoque pela Central Estadual de Rede de Frio, para a distribuição dos meses subsequentes. Finalizando sua fala, Dra. Karla Cristina, informou que a procura sobre as vacinas estariam pequena e a estratégia foi realizar essa inserção das vacinas contra Covid-19 na distribuição de rotina.

Dra. Cristina Laval – Assessora Técnica/SUVISA/SES, informou que caso algum município precise de uma cota extra de doses, poderá solicitar.

Dra. Joyce Dorneles – GI/SUVISA/SES, disse que será repassada às Regionais de Saúde nas próximas reuniões todas essas informações.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS Inhumas /Presidente do COSEMS, disse que o maior desafio nesse momento seria que nenhum município fique sem dose da vacina para que se aproveite o momento de vacinação contra Influenza e atualizar as doses de Covid-19 a medida que a população busca os postos de vacinação.

Dr. Fábio – SMS Mineiros, perguntou sobre a questão do registro, se ainda mantém a prioridade de registro apenas no CPNI, ou os municípios que tem serviço de registro terceirizado também podem fazer nesses registros?

Dra. Joyce Dorneles – GI/SUVISA/SES, informou que os municípios que tem sistema próprio, podem sim utilizar o sistema.

2.2 –Municípios que atendem os critérios para implantação do Projeto de Fortalecimento das Ações de Arboviroses – MS". (Edna Covem/Gerência de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador/GVSAST/SUVISA).

Dra. Edna Covem/GVSAST/SUVISA/SES, informou que foi feita uma reunião com a Diretoria do COSEMS para apresentação da proposta e de que forma está sendo desenvolvido o trabalho. Já existe uma relação de municípios elegíveis. Passou a palavra para Dra. Elaine (Consultora do MS) que apoia a execução desse Projeto.

Dra. Elaine (Consultora do MS), começou sua fala compartilhando uma apresentação sobre as Ovitrapas que são ferramentas de Monitoramento do Aedes spp. que justifica os municípios utilizarem essas instalações em altos índices de infestação; os altos índices de transmissão; o déficit de RH; a diminuição dos insumos para controle químico; a baixa sensibilidade do LIRA e o planejamento de ações de vigilância e controle vetorial. Mostrou como é produzido o Ovitrapa, e disse que a armadilha utilizada é a sentinela que pode ser instalada em pontos estratégicos, direcionando o controle vetorial e monitorando a resistência em que são enviadas ao laboratório para fazer o monitoramento das larvicidas utilizadas. Fizeram um planejamento do Projeto Piloto com perspectivas de diminuir o índice de infestação com ações mais pontuais e assertivas, contribuir para a redução dos casos de arboviroses, avaliar precocemente resistência a inseticidas, diminuir o custo das ações que são desenvolvidas atualmente e auxiliar na tomada de decisão. Disse que conseguiram elencar 12 municípios que já possui os laboratórios em funcionamento tem o critério mínimo para participação do projeto.



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Edna Covem/GVSAST/SUVISA/SES, falou que cada município foi informado sobre a proposta e houve o interesse do gestor. São 12 municípios que iniciaram o Projeto Piloto que abarca a aplicação dos critérios.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS Inhumas /Presidente do COSEMS, perguntou como será o levantamento de dados do interesse de expandir para outros municípios.

Dra. Edna Covem/GVSAST/SUVISA/SES, pontuou que pode fazer um convite aos municípios que tenham interesse nas CIRs.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS Inhumas /Presidente do COSEMS, colocou que então ficava acordado que nas próximas CIRs os municípios que tenham o interesse de aderir ao projeto pode se manifestar nas CIRs e a própria CIR encaminha para Central da SES. falou que o item fica encaminhado para a reunião CIB no item pactuação com os 12 municípios e posteriormente levantar o interesse dos outros municípios.

Encaminhamento: o item vai para a pauta da reunião da CIB.

INCLUSÃO DE PAUTA

2.3 – Solicitação do Município de Aurilândia para que passe a receber por Agente de combate às Endemias – ACE, sem alteração do piso PFVS que o Município recebe atualmente. (SMS Aurilândia)

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva do COSEMS, falou que o município de Aurilândia havia solicitado a pauta sobre alteração do piso da vigilância para custeio dos ACEs. O município foi orientado no Ministério da Saúde, de que precisavam de Resolução CIB, então o município encaminhou o pedido de pauta e a pauta não subiu.

Dra. Edna Covem/GVSAST/SUVISA/SES, disse que esse documento foi encaminhado para o GT de Atenção, que enviou para a Vigilância e buscaram as informações para verificar como seria feito.

Dra. Cristina Laval – Assessora Técnica/SUVISA/SES, perguntou se na reunião da CIB pode fazer uma Resolução para um município.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS Inhumas /Presidente do COSEMS, respondeu que sim, depende da solicitação feita e essa solicitação precisa ser feita para o município, provimento de ACE é decisão do município.

Dr. Kleber Adorno – Coordenador da Regional de São Luis de Montes Belos, disse o MS orientou que precisaria da Resolução CIB, então é uma solicitação de aprovação no intuito que tenha mudança da forma de repasse. Verificaram os dados e da parte técnica esta de acordo, então colocaram em plenária para discussões.

Dra. Cristina Laval – Assessora Técnica/SUVISA/SES, disse que não tinha problemas da pauta ir para a reunião da CIB.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS Inhumas /Presidente do COSEMS, sugeriu que algum técnico da SES oriente os municípios em relação a documentação necessária, porque de uma solicitação pode surgir outras

Encaminhamento: o item vai para pauta da reunião da CIB.

3 – INFORMES:

3.1 – Critérios para pactuação da Rede de Atenção em Saúde do Trabalhador/Sentinela – Acidente com Exposição a Material Biológico". (Edna Covem/Gerência de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador/ GVSAST/SUVISA).

Dr. Edna Covem – GVSAST/SUVISA, disse que a origem desse informe foi em uma reunião da planificação, na participação, em uma reunião de CIR de um município que estava solicitando pactuar a implantação de uma unidade sentinela para atendimento de acidente com a exposição material biológico no seu município, e a CIR pactuou na verdade não é um serviço Regional é para atender só a população do município, fizeram o levantamento então é um município pequeno em quatro anos teve 12 atendimentos então uma média de 3 por ano. Então trouxeram nessa reunião o informe dos critérios porque é importante os municípios saber que quando solicita a pactuação ele tem que proporção a pactuação é de uma unidade sentinela Regional, então trouxe aqui os critérios que orientam tanto a gerência assistência farmacêutica quanto o Cereste Estadual na implantação de um serviço com essa especificidade ele é um serviço especializado. Foi feita a apresentação dos critérios para pactuação de Unidade Sentinela para PER HIV.

Dra. Cristina Laval – Assessora Técnica/ SUVISA/SES, disse que é importante estar trazendo para discussão, porque realmente como foi falado não tem nada de novo, os critérios já existem e já existe uma rede de unidades sentinela no estado agora o que gerou essa situação foi o convite para uma CIR aonde o município queria abrir uma unidade para atender só a demanda do próprio município o que ele pode fazer isso mas não para compor a rede estadual nem receber recurso para isso, é importante a discutir isso porque o gestor ele tem que estar atento de quais são os regramentos dentro das políticas públicas na Secretaria Estadual de Saúde para compor o seu serviço, nada impede que ele monte um serviço do próprio município não tem problema o que ele não pode é pleitear que isso faça parte da rede estadual e que ele receba recurso para isso porque os critérios as diretrizes os protocolos são muito bem estabelecidos e pactuados dentro do SUS. Foi trazido para discussão exatamente pela situação que foi gerada porque não tem nada novo mesmo com relação ao critério fluxo mas é importante o gestor está atento a essa situação.

Dr. Edna Covem – GVSAST/SUVISA/SES, disse que é importante ficar claro que é um serviço especializado e que atende a quatro políticas: a política de prevenção e controle de HIV, a política de prevenção de violências a política de saúde do trabalhador e a política de assistência farmacêutica do SUS, são quatro áreas envolvidas no mesmo serviço e a equipe ela precisa ser capacitada para atender quatro situações, não tem como implantar um serviço dessa natureza para atender acidente com material biológico porque é um serviço que tem possibilidade de atender há mais de uma ocorrência de agravo a saúde então isso o gestor precisa ter a compreensão que ao implantar um serviço especializado dessa natureza, ele está abrindo uma demanda para essas quatro ocorrências no seu município e isso é polo para região para alguns municípios que estiverem com mais facilidade de encaminhar os seus pacientes para esse serviço.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, disse que está tentando compreender porque a pauta subiu da CIR para esse GT? É porque quem participou das reuniões de CIR lá não fez essa explicação e aí precisa ter uma compreensão e é algo doutora coloca que o gestor precisa compreender, ele precisa a sabemos que ele precisa mas nem sempre ele terá condições de saber tudo até mesmo quem é somente de uma área sabe de tudo que dirá o gestor que ele é bombardeado por inúmeras informações, mas isso não exime da sua responsabilidade realmente saber. A



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

questão é dada a rotatividade dos municípios e dos próprios gestores esses assuntos invariavelmente eles retornarão em pauta, e às vezes fica de certa forma incomodada com algumas falas e não está aqui querendo tirar a satisfação não é nada disso mas é que às vezes incomoda a forma como é colocada e se tivesse sido bem explicado por exemplo lá na Câmara Técnica talvez a gente não falou em nome de um município aqui mas acaba que expõe porque o município sabe que é com ele então, acho que não é de tudo ruim até porque a Edna fez uma explicação muito bem feita, e aí você sempre muito assertiva nas suas colocações explica muito bem mas é para dizer isso e que querendo ou não também trouxe um assunto para pauta e aqueles que de repente não estavam cientes ou não conhecia também teve a oportunidade é isso às vezes acha que o fato de somente encaminhar um e-mail só fazer um alerta com uma técnica colocou aqui no GT acha que às vezes é o suficiente, não é precisa de uma aproximação mesmo com os municípios no sentido de fazer uma escuta qualificado compreender as suas dificuldades e aí sim prestaram o apoio técnico.

Dr. Edna Covem – GVSAST/SUVISA/SES, disse que na verdade participaram da câmara técnica da CIR a Dra. Viviane, da Assistência Farmacêutica participou e da Saúde do Trabalhador também, e fizeram todos os esclarecimentos na CIR que aquela situação não comportavam uma pactuação de uma participação de uma unidade sentinela e ainda assim foram na reunião da CIR presencialmente a equipe foi e só que na reunião não houve oportunidade de fala e foi pactuado assim mesmo então por isso entendeu que era importante trazer os critérios de novo relembrar os critérios para que essas situações pudessem ser discutidas antes de chegar numa câmara técnica de CIR e esclarecer junto tanto com as Regionais de Saúde que estão aqui representadas com os apoiadores do COSEMS que estão aqui representados também e com gestores municipais por isso que foi trazido essa pauta, achou importante trazer o informe até como prevenção de outras situações como essa que ocorreu.

Dra. Cristina Laval – Assessora Técnica SUVISA/SES, disse se o município tem intenção de implantar algum serviço acha que é interessante esse fluxo dele primeiro recorrer a equipe técnica para procurar saber aonde que ele pode se informar melhor de como que é essa política ela pode ser implementada para ver se ele se adequa os critérios, se ele participará de uma rede ou não se ele pode implantar esse serviço só no município dele ou não então esse diálogo realmente ele tem que ser constante porque tem que ter uma rotatividade não só do servidor que tá ali executando mas também do gestor eles existe uma rotatividade então o fato de trazer aqui não é para expor ninguém é exatamente para dizer que esse diálogo precisa ser contínuo e antes de pactuar que se ouça a equipe técnica e uma vez tendo ouvido a equipe técnica que se tem a sua autonomia mas ele tem direito mas tem deveres também a serem cumpridos dentro dessas pactuações e é importante todo mundo seguir isso para poder avançar.

Dra. Welingta Tarciany – Apoiadora do COSEMS, como apoiadora da região acha que tá tendo algum mal entendido, porque o pessoal que esteve lá eles tiveram oportunidade de fala, assim inclusive a reunião estendeu o horário do almoço, paramos para almoçar e retornamos porque estava com a presença deles lá então a nossa reunião terminou 3 horas da tarde, tiveram oportunidade de fala e deixou o pactuar o município fez a pactuação. disse que está tendo um algum mal entendido, e a Câmara Técnica que participou virtualmente pode discutir bastante para entender todo o processo porque confessa que como apoiadora não está apta a dar um apoio neste sentido, cabe também a secretaria dá esse apoio técnico, então estava na Câmara até que abriu para que pudesse participar a Dra. Viviane disse que não poderia participar da reunião CIR, não abre link pactou que a reunião seja 100% presencial então a equipe deslocou até lá e deixou a pactuação, acha que tá tendo algum mal entendido e é justamente como a Dra. Jaqueline colocou, não pode deixar que o gestor seja exposto dessa forma que o município seja exposto dessa forma, está aqui para apoiar

o município no que ele precisa, cabe a fazer isso então é só para deixar claro aqui que a equipe teve a oportunidade de fala .As Técnicas da Regional de Saúde da área de vigilância estão aqui se elas tiverem por favor, gostaria que elas se manifestassem também porque não foi assim que aconteceu desculpa Dra. Patrícia, Dra. Jaqueline e o pessoal da SUVISA, mas não poderia deixar passar isso.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Inhumas/ Presidente do COSEMS, disse que achou importante as falas porque a pactuação ela é bipartite mesmo lá no território, a CIR se faz com o coordenador da região que é o gestor e o coordenador da Regional que é o representante da secretária de estado ali no território então quando as pactuação se dá, ela se dá bipartite então achei importante a colocação

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, acha que é bom se colocar porque aqui é um lugar de trabalho que tem as representações, acha que a intenção não é essa mas é que de fato tanto o município quanto a Regional de Saúde não ficaram claros para eles o apoio técnico que foi dado nível Central, isso é processo de trabalho que eles precisa ser melhor afinado para as próximas não haja nenhum tipo de constrangimento e até mesmo que perde o tempo, e perder tempo hoje é perder dinheiro o secretário o técnico que com as vezes ele se desloca para participar da reunião precisa mesmo ter uma atenção com essas questões para que não haja ruído nas informações e que não haja ruído de comunicação e não haja má interpretação ou que a informação não seja feita da maneira adequada então é mais é nesse sentido não estão querendo caçar briga mas precisa realmente falar o que precisa ser dito e mais uma vez dizer que não é nada pessoal, só que precisa ser afinado mesmo essas questões.

Dra. Edna Covem – GVSAST/SUVISA/SES, pediu para fazer um encaminhamento, acha que não é o espaço da gente ficar procurando culpado e nem tem culpado nessa situação e a equívoco então a gente assume esse equívoco que ocorreram, e gostariam de ser ouvidos porque na câmara técnica os critérios foram colocados e ao final foi encaminhado para pactuação na CIR, e não está procurando culpado, se tem culpa voltamos e refazemos sem problema nenhum, agora acha que não ficou claro precisa ser cobrado para expor com mais clareza, os temas que foram pautados e nós estamos com plena disposição de todos para esclarecimento para qualquer tempo é isso que queria deixar claro a disponibilidade enquanto equipe técnica para apoiar os municípios nessas situações.

Dra. Cristina Laval – Assessora Técnica SUVISA/SES, disse que não pode sair uma situação em CIR que esteja fora do critérios e dos protocolos não tem ganho nisso então realmente precisa ver o que aconteceu não só preventivamente evitar novamente uma situação como essa mas inclusive intervir nessa situação porque se houve uma pactuação e ela não pode ser efetivada ela não pode existir vai ter que haver um retrocedimento com relação ao que foi pactuado e acredita que esse é um assunto que não deve ir para a reunião da CIB porque é uma questão pontual por isso que saiu como informe para apresentação porque era necessário esse esclarecimento, e acha que para a reunião da CIB ela não sobe. O município e a equipe técnica precisa então agora organizar uma conversa para resolver essa situação que está posta para resolver isso para que não haja nenhuma confusão pode ser então.

Encaminhamento: não vai para a reunião da CIB

3.2 – Atualização da RDC 302/2005. (Eliane Rodrigues/GSPV/SUVISA).

Dra. Eliane Rodrigues – GSPV/ SUVISA/SES, disse que seria um informe da publicação da Resolução RDC nº 786 de maio de 2023, que altera a RDC 302/2005, que dispõem sobre a inspeção,



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

fiscalização e critérios de funcionamento de laboratório de análise clínica. E seria um alerta para os municípios que possuem laboratórios de análise clínica dos municípios e para a vigilância sanitária pactuadas com inspeção de serviços de análises clínicas nos municípios. É uma Resolução que altera a composição da inspeção no tipo de classificação dos serviços de EAC Tipo I, II e III. A Resolução entra em vigência em 1º de agosto de 2023.

Encaminhamento: o item vai para pauta da CIB como Informe.

3.3 – Divulgação de reunião de alinhamento de ações de fiscalização com as VISAM pactuadas em inspeção em serviços de vacinação humana. (Eliane Rodrigues/ GSPV/SUVISA).

Dra. Eliane Rodrigues – GSPV/ SUVISA/SES, disse que promoverão um treinamento junto as vigilâncias sanitárias dos municípios pactuados em inspeção em serviço de vacinação humana. A intenção é fazer a harmonização dos atos administrativos, tem uma série de serviços que precisam de harmonização principalmente nos serviços de vacinação privados. Mostrou os 34 municípios que participarão para os serviços de vacinação e imunização humana na data de 05 de junho de 2023.

Encaminhamento: o item vai para pauta da reunião da CIB.

3.4 – Programa Estadual de monitoramento da qualidade de alimentos - importância e resultados. (Eliane Rodrigues/GSPV/SUVISA).

Dra. Eliane Rodrigues – GSPV/ SUVISA/SES, apresentou sobre os Programas de Monitoramento da Qualidade de Alimentos. Reforça com os gestores quanto as regionais, gestores municipais a relevância dos programas trabalhados junto ao LACEN, são programas nacionais coordenados pela Anvisa e os programas estaduais coordenados aqui pela SUVISA em conjunto com os municípios formamos uma rede de coletores de vigilância sanitárias, coletoras dessas amostras de alimentos no território para fins de monitoramento da qualidade dos produtos que são consumidos pela população, realmente é de uma relevância em saúde pública de ter esses dados de monitoramento, são dados estatísticos que norteiam os processos de inspeção sanitária na área de alimentos, esse compromisso com a participação de todos os entes ele é muito necessário nesse processo hoje esse papel da vigilância como Visa, trabalha com Lacem a definição de produtos metodologias e o cenário que são necessários para monitoramento ao longo do ano e o que é trabalhado junto com a rede de municípios coletores e a divulgação dos resultados a adoção de medidas sanitárias sempre que pertinentes com os laudos são fiscais não são orientativos e fazem toda essa rede de abastecimento das informações.

Dra. Cristina Laval – Assessora Técnica SUVISA/SES, disse a Dra. Eliane que vê assim a necessidade de expor para o gestor, porque são apenas um número muito pequeno de municípios que estão fazendo as coletas e a pactuação amplia absurdamente esse número então precisa realmente um esforço para que os municípios pactuados comecem a fazer as coletas.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Inhumas/ Presidente do COSEMS, perguntou no caso para expandir os municípios pactuados ou para os pactuados fazer a coleta?

Dra. Eliane Rodrigues – GSPV/ SUVISA/SES, respondeu que antes não tinha a pactuação e hoje já tem os municípios já pactuados, são 190 municípios hoje pactuados no Sinavisa e somente 17 coletando junto aos programas Estadual e Nacional. Como sabem que existe uma dificuldade para



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

estruturar insumos como transporte, caixas de amostras, termômetros, lacres e todos os insumos inclusive a logística para vir para Goiânia com essas amostras, então está fazendo esse primeiro chamamento para explicar esse cenário da importância de adesão como coletores, a intenção e ter amostra de todo o território não ficar só coletando na região metropolitana porque conseguir viajar trazer amostras das diversas regiões para saber o cenário da qualidade dos alimentos que estão sendo consumidos e a proposta é essa fazer primeiro o chamamento dos 190 explicar novamente o que se trata o programa e o que é necessário e aqueles que já dispuseram de estrutura a gente já afirmar que eles entram no cronograma de coletas ainda desse ano.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Inhumas/ Presidente do COSEMS, disse que qualificar para que os que tem condição de estruturar entrem nesse fluxo e às vezes os que não tem dependendo do que precisa eles têm uma condição de se estruturar.

Representante SMS Pontalina, perguntou sobre o tema apresentado e tem mais pessoas também em relação a pactuação, onde buscar pra saber se seu município está pactuado e tiver interesse em participar se pode aderir a esse programa e quais são os alimentos que são amostrados para análises se são alimentos produzidos no município se são alimento de restaurante ou bandeirão, self service, alimentos feitos como seria feito esse trabalho.

Dra. Eliane Rodrigues – GSPV/ SUVISA/SES, respondeu que são programas de âmbito nacionais em conjunto com a Anvisa, específico para algumas categorias de alimentos industrializados e há alguns programas estaduais, também sobre produtos alimentícios industrializados, os alimentos In Natura não entram nestes programas específicos temos o programa que é o de resíduo de agrotóxico é um outro programa que também compõem a rede nacional de coletores mas só para explicar que essas amostras não é só quando se suspeita de desvio é diferente quando a gente tem um surto quando tem uma suspeita de desvio de qualidade, também coleta são os nacionais e o estadual e a importância da gente ter esses coletores para que a gente tenha amplitude aí no território os programas, eles se referem em algumas categorias de análise para desvio de qualidade denúncias não entra necessariamente no programa o programa é para que essas finalidades de coleta de subsídios para inspeção para determinar a qualidade em alguns requisitos, por exemplo nós temos o programa de monitoramento de leite relacionada à qualidade do leite, tem o da qualidade da água mineral, tem os programas relacionados aos produtos que são de origem animal, só para verificar a questão do teor de gordura de aditivos alimentares específicos então tem uma série de programas e os programas são específicos e quando o município entra nesse esquema de como coletor ele recebe esse treinamento essa capacitação e o entendimento de como essa coleta e o porquê que esse produto está sendo coletado e depois os resultados, trouxe só aquele panorâmico inicial mas tem os resultados por tipo de produto por desvio como que está o panorama aqui no Estado de Goiás. Sobre a outra pergunta sobre como consultar a pactuação, é no painel na agência virtual consultar plano de ação pelo nome do município os últimos itens relacionados às ações de não sujeitos a inspeção que não são estabelecimentos independentes, tem o Rol de atividades também são pactuados, o item da pactuação é coleta de amostra de produtos para os programas de monitoramento da qualidade, o município que optou por essa pactuação vai estar constando lá na sua programação anual.

Encaminhamento: Vai para a reunião da CIB como Informe.

3.5 – Webinar dia 19/06/2023 sofre as oficinas presenciais nos territórios.

Dra. Eliane Rodrigues – GSPV/ SUVISA/SES, falou que o webinar será um evento que de acordo com a Resolução CIB nº 264/2022 em que foi estabelecida a eleição dos municípios que seria



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

sede para a realização desse evento que receberam recursos. Então farão o Webinar para discutir a questão do gerenciamento de risco da vigilância sanitária no território.

Dra. Cristina Laval – Assessora Técnica SUVISA/SES, disse que os três informes acima serão encaminhados para pauta da reunião da CIB. Finalizou a reunião agradecendo a presença de todos.